

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A Interoperabilidade em Questão

Dalgiza Andrade Oliveira

Doutora em Ciência da Informação
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
dalgizamg@gmail.com

Benildes C. M. S. Maculan

Doutora em Ciência da Informação
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
benildes@gmail.com

Marcos Aurelio Gomes

Doutor em Ciência da Informação
Professor do Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal de Alagoas
marcosaureliog@gmail.com

Artigo Original

Resumo

Trata-se sobre os equipamentos culturais, especificamente, sobre bibliotecas, arquivos e museus, que constituem uma sociedade em seus aspectos culturais, de memória, identidade e ideologia. O foco são os equipamentos culturais que se encontram sob a égide do serviço público e que, por essa razão, deveriam fornecer a possibilidade da apropriação simbólica e de ações de cidadania por diversos atores sociais. Nesse contexto, discute-se os elementos condicionantes que possibilitam a interoperabilidade informacional entre tais equipamentos, através da redefinição de políticas público-culturais que possam atender à diversidade de manifestações sociais nas distintas comunidades nacionais.

Palavras-chave

Equipamentos culturais. Interoperabilidade informacional. Políticas público-culturais.

1 INTRODUÇÃO

A história dos arquivos, das bibliotecas e dos museus se constitui, em grande medida, a história dos registros do conhecimento e da cultura dos diversos povos. A partir dessa constatação, é forçoso reconhecer que o planejamento, a sistematização, a organização e a disponibilização dos acervos que compõem essas instituições representam a memória do patrimônio histórico e cultural das comunidades em que foram organizadas e desenvolvidas.

Com efeito, o desenvolvimento e a manutenção dos registros de conhecimento acerca do patrimônio histórico e cultural de uma dada comunidade requerem a elaboração e o uso de fontes de informação ade-

quadas e permanentemente atualizadas. Ademais, para além das questões de tratamento e organização desses registros, trata-se da relevante potencialidade de acesso aos bens culturais, que, diga-se de passagem, concerne a uma das prerrogativas para o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que esse entendimento tem como fundamento a compreensão da cidadania como o estado pleno de autonomia, que se traduz em saber e poder escolher, e, principalmente, efetivar suas escolhas. De outra forma, significa dizer que, no Estado Democrático de Direito, um cidadão pleno corresponde àquele que é, a um só tempo, consciente e sujeito dos seus direitos civis, políticos e sociais, individual e coletivamente (OLIVEIRA, 2000).

Na mesma direção, ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e fazem com que sintam diferentes os que possuem uma mesma língua (CANCLINI, 1996). Desse modo, para que isso se dê de maneira frequente dentre as muitas obrigações dos governos, deve estar pautada a disponibilização dos equipamentos culturais assim como facilitar o acesso a esses, que devem estar à disposição da coletividade.

2 EQUIPAMENTOS CULTURAIS: BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

Os equipamentos culturais podem ser compreendidos como sendo os espaços destinados a práticas culturais, como teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus, que correspondem ao “universo global por onde circulam, são produzidas e consumidas as obras de cultura e arte” (TEIXEIRA COELHO, 2004, p. 251). Ainda, segundo esse autor, podem ser também considerados equipamentos culturais os grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, em uma edificação ou instituição, como, por exemplo, orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, além de todos os suportes físicos utilizados no desenvolvimento das atividades em um espaço cultural, tais como refletores, projetores, molduras, livros, pinturas, filmes, entre outros.

Dentre essa diversidade de equipamentos culturais citados, interessa a este trabalho um enfoque mais específico dos arquivos, das bibliotecas e dos museus que se encontram sob a égide do serviço público. Desse modo, no que concerne aos Arquivos Públicos, esses se referem, nas palavras de Camargo e Belloto (1996, p. 8), ao “conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades do direito privado encarregadas de serviços públicos”.

Sendo assim, os arquivos públicos concentram historicamente os documentos que se acumularam em virtude das atividades dos órgãos dessa natureza.

Em se tratando das Bibliotecas Públicas, podem ser definidas, conforme Araújo e Oliveira (2011, p. 37), como aquelas que “surgiram com a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independentemente de classe social, cor, religião ou profissão”. As autoras ainda prosseguem destacando que, dentre os seus principais objetivos, figuram o estímulo à comunidade ao hábito da leitura e a preservação do acervo cultural.

A compreensão de Museus aqui adotada tem como base a definição formulada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), segundo a qual:

o museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer¹.

No tocante à ação museológica, essa não se restringe à apresentação da representação cultural, nem compreende a cultura como um domínio de conhecimento exterior; a mesma tem a pretensão de aproximar o acervo da comunidade valendo-se de ações que resgatem as práticas culturais do grupo, reconduzidas para a valorização e significação desse acervo. Desse modo, o objetivo maior de todas as ações é, portanto, a *qualificação* da cultura por meio da interação dos técnicos com os grupos visitantes, para que se promova a aproximação entre a arte produzida e o visitante, bem como entre o produtor da obra e o consumidor (ARAS; TEIXEIRA, 2000).

¹Cf. em: www.iphan.gov.br

Assim, na dimensão dos equipamentos culturais ora estudados, arquivos, bibliotecas e museus, deve-se compreender que estes estão inseridos na sociedade e deveriam fornecer a possibilidade da apropriação simbólica (informação, conhecimento e cultura), bem como possíveis avanços tanto no processo de democracia quanto no fomento à cidadania pelos mais diversos atores sociais. Para tanto, verificam-se aspectos condicionantes que permitem a existência, crescimento e permanência de tais equipamentos.

Johnson e Harris (1976) consideram os aspectos sociais, econômicos e políticos como pré-requisitos para o crescimento e manutenção das bibliotecas. Araújo e Oliveira (2005) também levam em conta tais pré-requisitos. Observa-se que, apesar de esses autores terem como foco as bibliotecas, tais aspectos são facultados às demais Unidades de Informação e aos Equipamentos Culturais, modalidades em que se inscrevem também os arquivos e museus.

As condições sociais estão relacionadas ao surgimento e crescimento demográfico e, conseqüentemente, à emergência das atividades mercantil, de ensino, industrial, de saúde, entretenimento e financeira. Nesse complexo cenário, tanto nos centros urbanos e nas periferias, desencadeiam-se diversos sistemas que são geradores de registros. Tais condições são determinantes e demandam a existência de arquivos, bibliotecas e museus. Além disso, as bibliotecas, em particular, se inserem perante o sistema educacional na perspectiva das práticas pedagógicas (JOHNSON; HARRIS, 1976).

As condições econômicas, por sua vez, são determinantes na medida em que haja excedente de riqueza e que possibilite a materialização em investimentos por meio da manutenção e preservação dos registros, estabelecimento do mercado editorial, incentivo à produção cultural, desenvolvimento científico/tecnológico e comercial. Dessa forma, as bibliotecas tornam-se essenciais como repositórios do conhecimento (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005; JOHNSON; HARRIS, 1976).

Quanto às condições políticas, os equipamentos culturais localizados em qual-

quer região ou país podem sofrer danos quanto ao patrimônio histórico e cultural que abrigam mediante situações de conflito e/ou guerra, desse modo, colocando em risco diversos suportes informacionais. Também se inserem nessa condição as políticas advindas dos governos para promover o desenvolvimento e estabelecer as diretrizes para o crescimento desses equipamentos.

Nesse universo, considera-se que essas instituições, malgrado suas diversas diferenças, aproximam-se em um complexo escopo que compõe os acervos culturais das comunidades em que emergiram e/ou foram implantadas. Trata-se de materializar a história e a memória do patrimônio cultural local, regional e, por conseguinte, nacional. Da mesma forma, considera-se que o conjunto de itens que conforma o acervo dessas instituições se apresenta como importantes fontes de informação que possibilitam o registro, a organização, a manutenção e a disseminação da herança e das manifestações culturais das comunidades nelas/com elas envolvidas.

As fontes de informação podem ser aqui entendidas, conforme Cunha (2001), com a mesma conotação que documento, na medida em que o seu conceito é muito amplo, abrangendo manuscritos e publicações impressas, além de diversos objetos, tais como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas. Corroborando essa afirmativa, Le Coadic (2004, p. 4) aponta que documento é todo e qualquer objeto portador de informação, pois ele “é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens diagramas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (gravados em suporte de papel ou eletrônico)”.

O documento é uma fonte primária, na qual um pensamento é registrado em qualquer forma de suporte, e pode ser também uma fonte secundária, na qual está a representação da primeira. Mas isso não é feito sem parâmetros, pois toda representação tem um propósito que a sustenta, como bem elucida Lara (2002, p.131) “no processo documentário, representar conteúdos se

relaciona a propósitos e concepções definidas institucionalmente de antemão”. E a autora ainda acrescenta que

necessidades pragmáticas determinam os recortes do conteúdo, de forma a procurar viabilizar um fluxo informativo efetivo: um mesmo universo documental pode ser organizado e representado de diversas maneiras, pautando-se nos distintos propósitos a que se destinam. Sob a ótica do enunciatário, a informação depende de vínculos: a informação existe quando faz sentido para o usuário (LARA, 2002, p. 133).

Nesse sentido, se um mesmo universo documental pode ser apresentado ao usuário de diferentes formas, também um mesmo usuário pode necessitar de distintos tipos de informação, em circunstâncias sociais ou profissionais diversas. Sendo assim, é o usuário que determina o aspecto que faz sentido a ele, assim como é o determinante para as escolhas dos tipos de conteúdo que serão adquiridos, armazenados e disponibilizados em dado sistema, configurando uma interdependência entre aquele que produz e aquele que usa. Toda essa complexidade exige certo grau de interoperabilidade.

3 INTEROPERABILIDADE DE INFORMAÇÕES CULTURAIS

A tecnologia sempre existiu na sociedade e possui um sentido amplo, que deve ser compreendido não apenas como se referindo ao ambiente eletrônico de informação. Os povos primitivos criaram novas tecnologias ao produzir o fogo, ao transformar pedras em lâminas e ao desenvolver formas de comunicação, como a fala e a linguagem, influenciando a evolução do ser humano. É fácil perceber que cada área possui uma visão diferenciada sobre o que é tecnologia. Na área da Computação, por exemplo, a tecnologia sempre envolveu a criação de aparelhos e sistemas que lidam com a distribuição da informação. Por outro lado, na área de Biologia, a tecnologia abrange o desenvolvimento de instrumentos que facilitam

o estudo das células e da evolução animal e vegetal.

Buscando o sentido etimológico do termo *tecnologia*, verifica-se que ele tem origem grega e é separado em duas partes: *techne*, que é definido como qualquer arte ou ofício, e *logia*, que significa o estudo de algo. Assim, *tecnologia* é o estudo de qualquer arte ou ofício, que, ao longo dos tempos, almeja o seu aprimoramento. De forma mais detalhada, a definição do Houaiss (2001, p. 627) aponta:

Tratado das artes em geral. 2. Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria. 3. Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático. 4. Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: Nossa era é a da grande tecnologia. T. de montagem de superfície, Inform: método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local. T. social, Sociol: conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle. De alta tecnologia, Eletrôn e Inform: tecnologicamente avançado: Vendemos computadores e vídeos de alta tecnologia. Sin: high-tech.

Analisando mais detidamente essa definição, percebe-se que o significado do termo tecnologia é bastante amplo. Em resumo, pode-se afirmar que a tecnologia envolve a utilização de técnicas e do conhecimento adquirido e acumulado para aprimorar e facilitar as atividades do homem, em distintas áreas de concentração do saber, tais como nos campos da arte, do trabalho, da comunicação, na resolução de um problema ou na execução de uma tarefa específica. Com o desenvolvimento dessas ferramentas, a realidade se torna cada vez mais complexa, exigindo o uso de mecanismos que possibil-

tem o compartilhamento de informações, evitando-se, assim, os retrabalhos.

Neste artigo, ressalta-se que os avanços na criação de instrumentos tecnológicos, aliados às inovações nas formas de comunicação e de acesso à informação, impulsionaram mudanças na sociedade e, em particular, nos ambientes de equipamentos culturais. Contudo, a despeito de toda essa tecnologia, a comunicação eficaz nem sempre é fácil de obter, pois ela é dependente da conjunção de distintos elementos de mediação que necessitam ser harmonizados. Se duas pessoas, por exemplo, não falam uma mesma língua, a comunicação utilizando a fala não será possível entre elas. Nesse caso, deverá haver um instrumento de mediação entre elas, de forma que a comunicação seja possível. Poderia ser utilizado, como instrumento mediador, um tradutor, algum tipo de código específico, gestos ou até mesmo desenhos. Ademais, mesmo entre pessoas que falam um mesmo idioma, a comunicação pode ser afetada por distintos fatores, tais como os regionalismos, por exemplo.

De maneira geral, a interoperabilidade nada mais é do que um conjunto de mecanismos de mediação que tornam possível a comunicação entre diferentes sistemas, sejam eles informatizados ou não. E, para haver a cooperação e o compartilhamento de informações entre espaços de equipamentos culturais, é preciso criar sistemas de comunicação interoperáveis. Essa ideia é corroborada pelo Conselho de Museus, Bibliotecas e Arquivos (*Museums, Libraries and Archives Council – MLA*)² que possui o *Interoperability Focus* (Interoperabilidade Foco), uma ação colaborativa que visa desenvolver mecanismos de interoperabilidade, incluindo padrões de metadados³ para sistemas distribuídos e redes que ultrapassam as fronteiras de bibliotecas, abrangendo também museus, arquivos, e outros aspectos do patrimônio cultural, bem como informações do governo e da comunidade.

Para atender à demanda de interoperabilidade de informações entre equipamen-

tos culturais – museus, bibliotecas e arquivos – é preciso desenvolver um conjunto de ações, obedecendo a uma linha estratégica no sentido da ampliação, fortalecimento e reorientação de políticas públicas que possam salvaguardar a troca de informações, independentemente das suas diferenças de missão e de acervos. Nesse processo, é possível trazer maior eficiência, eficácia e sustentabilidade do investimento público, assim como poderá permitir uma utilização mais ampla desse recurso informacional para o desenvolvimento cultural, social e humano.

Fazendo jus à sua responsabilidade social, os equipamentos culturais devem criar condições comunicacionais que permitam as atividades de organização, descrição documental, conservação e apoio à gestão administrativa dessas unidades informacionais. Com isso, espera-se que esse espólio informacional e cultural possa ser protegido, preservado e, sobretudo, acessível. Almeja-se um maior apoio ao usuário desse recurso informacional, a partir da criação de instrumentos de gestão. Dessa forma, os museus, bibliotecas e arquivos deixam de ser meros depósitos de documentos históricos. Eles se tornam autênticas instituições dinâmicas, comprometidas socialmente com a função de salvaguardar, organizar e divulgar o seu patrimônio, de maneira a envolver toda a sociedade nessas atividades. Contudo, isso somente se tornará realidade com a participação do Estado, por meio de Políticas Públicas Estruturantes que abarquem, entre outros objetivos, o de alcançar a interoperabilidade.

3.1 Iniciativa do Governo Federal em Interoperabilidade

Há uma importante publicação de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, oriunda da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, intitulada “Panorama da interoperabilidade no Brasil”, que apresenta a implantação da interoperabilidade no Governo Federal, assim como os desafios que devem ser rompidos no futuro. O livro aponta o Projeto do *Software* Público Brasileiro (SPB) como uma

² Disponível em: <www.mla.gov.uk>.

³ Metadados são dados sobre os quais se descrevem informações, ou seja, são metainformações.

iniciativa do Estado visando a “interoperabilidade não só para Administração Pública Federal brasileira como para outros níveis de governo e a sociedade em geral” (BRASIL, 2010, p. 85). Segundo seus autores, esse projeto engloba, além da produção e compartilhamento de código fonte, as práticas de uso para que a interoperabilidade possa existir.

É interessante notar que essa solução de interoperabilidade vem sendo também utilizada por empresas privadas. Essas empresas igualmente desenvolvem novas soluções, dentro das regras propostas pelo projeto, e as disponibilizam no Portal SPB. Dessa forma, não somente a Administração Pública produz soluções e as compartilha, mas qualquer instituição, pública ou privada, pode usar e contribuir para o aprimoramento dos produtos.

Esse é um esforço investido no sentido de propiciar maior acesso aos cidadãos, que vai além da fronteira de seus direitos civis, incluindo o direito ao patrimônio cultural. Assim, “não se trata somente de uma questão das máquinas e sistemas conversarem entre si, e sim de que as pessoas consigam se comunicar com esses e através deles” (BRASIL, 2010, p. 87). Ao se pensar em soluções de interoperabilidade é preciso focar nos sujeitos que utilizarão e naqueles que serão beneficiados por essas ações.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

No compartilhamento de relações sociais, a cultura tem papel fundamental. Isso foi facilitado com as melhoras tecnológicas que diluíram as fronteiras geográficas, possibilitando o intercâmbio cultural. A sociedade adota a marca da pluralidade cultural e se envolve no desafio de aprender a conviver com as diferenças. A cultura permite orientar os homens, que dão significado as suas ações, a partir de uma manipulação simbólica (DURHAM, 1980). A autora ainda acrescenta que “a análise da cultura de uma formação social exige uma reconstituição da realidade, que é elaborada a partir da

consciência que dela têm os portadores da cultura” DURHAM (1980, p. 13). Portanto, é nesse sentido que as políticas públicas devem ser estabelecidas: pensando no indivíduo e na coletividade, além de possibilitarem o hibridismo da cultura. É preciso inserir políticas diferenciadas no contexto da heterogeneidade, pluralidade e diversidade socio-cultural, prática que está presente no cotidiano dos equipamentos culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos aspectos dos equipamentos culturais em distintos espaços geográficos, e, atendendo a diferentes comunidades, sempre se amparam em uma ordem político-cultural. Essa política não pode ser universal, ou seja, uma única ordem para todo o espaço geográfico nacional. Entende-se que as políticas públicas devem permitir criar uma identidade cultural própria à comunidade atendida – o protagonista – por meio do uso de seus equipamentos culturais e, ao mesmo tempo, precisa estabelecer uma ponte com as políticas criadas para outras comunidades.

A apropriação simbólica dos equipamentos culturais pelos diversificados atores na comunidade culminará em um hibridismo cultural, cujas manifestações sociais influenciarão essa ordem política, que poderá ser modificada. Essa dinamicidade deve ser respeitada pelo poder público, e até mesmo almejada, pois quanto mais híbrida for a cultura nacional, mais fácil será promover a interoperabilidade de informações entre os equipamentos culturais – museus, bibliotecas e arquivos. É necessário que esses espaços cooperem e compartilhem informações de tal maneira que os atores de todas as comunidades possam fazer valer seus direitos como cidadãos, orientando os rumos das políticas e da sua própria história. Para isso, faz-se urgente a reorientação de políticas públicas convergentes a essa ideia.

CULTURAL EQUIPMENTS AND PUBLIC POLICIES: INTEROPERABILITY IN QUESTION

Abstract

This paper is about cultural equipments, specifically, concerning libraries, archives and museums, which constitute a society

in cultural aspects of memory, identity and ideology. The focus is on cultural equipments that are under the sponsorship of the public service and, for that reason, they should provide the possibility of symbolic appropriation and citizenship actions by various social actors. In this context, we discuss the conditioning elements that enable informational interoperability between such devices through the redefinition of public cultural policies that can address the diversity of social manifestations in the different national communities.

Keywords

Cultural equipments. Informational interoperability. Public cultural policies.

Artigo recebido em 20/03/2016 e aceito para publicação em 11/07/2016

REFERÊNCIAS

- ARAS, L. M. B. de; TEIXEIRA, M. G. S. Os museus e o ensino de história. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 4., 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1603.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. cap. 2, p. 29-42.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Panorama da interoperabilidade no Brasil. Cláudia S. F. Mesquita e Nazaré L. Bretas (Org.). Brasília: MP/SLTI, 2010.
- CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos, 1996.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.
- DURHAM, E. R. A dinâmica cultural na sociedade moderna. **Arte em Revista**, São Paulo, ano 2, n. 3, mar. 1980.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOHNSON, E. D.; HARRIS, M. H. **History of libraries in the Western World**. 3. ed. rev. Metuchen: Scarecrow Press, 1976.
- LARA, M. L. G. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.
- LE COADIC, Y.-F. Princípios científicos que direcionam a ciência e a tecnologia da informação digital. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 205-213, set./ dez. 2004.
- OLIVEIRA, F. **O que é formação para a cidadania**. Instituto Pólis, 20 de agosto de 2000. Entrevista concedida a Sílvia Cáccia Bava. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/entrevchicooliveira.html>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- PLACER, X. **Técnica do serviço de referência**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1968.
- SILVEIRA, J. G. Biblioteca virtual temática em artes e antiguidades BIBVTAA: em cena, a sua concepção e desenvolvimento. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21,

n. 2, p. 167-178, maio/ago. 2011. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9646/5968>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

TEIXEIRA C. **Dicionário crítico de políticas culturais**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.